



Femicídios contra meninas e mulheres indígenas: entre re-existências e formas de enfrentamento coletivo

Claudia Regina Nichnig¹

Resumo

As mulheres indígenas, individual ou coletivamente, resistiram e resistem ao processo de aculturação e genocídio/etnocídio no Brasil. Participar de coletivos e organizações de mulheres e atuarem em luta por suas terras tradicionais, mas principalmente pela sua existência como pessoas faz emergir discussão sobre os processos de re-existência. Através da análise da atuação e das agendas de enfrentamento as violências trazidas pelas Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá e dos documentos produzidos pela Grande Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, Kuñangue Aty Guasu e a atuação nas mídias sociais buscar discutir de que forma são discutidos os casos de feminicídio e estupro e como realizam este enfrentamento. Quais os conceitos de violências acionados e como a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá nos espaços coletivos são transformados em espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas. Perceber as construções das percepções sobre as violências, como estas afetam as meninas e mulheres nas suas experiências e vivências, bem como as emoções ativadas neste processo de enfrentamento individual e coletivo, principalmente problematizando de que forma as mortes violentas se transformam em um instrumento de luta.

Palavras-chave

Mulheres indígenas, Violências de Gênero, Femicídio.

Femicídios contra meninas e mulheres

Se no dia 10 de dezembro celebramos o dia internacional dos Direitos Humanos, este é mais um ano que é impossível comemorar a data na Reserva Indígena de Dourados. Com a maior população indígena urbana do país, a Reserva Indígena de Dourados é uma região de extrema violência para as meninas e mulheres Kaiowá e Guarani. Neste dia a notícia de mais uma jovem morta na reserva, destacou o quanto as políticas de enfrentamento às violências destinada a todas as mulheres brasileiras, ainda não é possível de coibir as violências

¹ Claudia Regina Nichnig. Doutoranda em História, no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação da Professora Doutora Sílvia Maria Fávero Arend. Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.



acometidas contra esta parte da população marcada pela sua etnia, a qual atravessa uma situação de extrema vulnerabilidade social. Karina Ferreira, de apenas 16 anos, sofreu violência sexual, foi vítima do crime de estupro cometido por jovens indígenas da própria reserva, tendo “o órgão genital dilacerado e as vísceras arrancadas”² O autor do crime, seu namorado, um jovem indígena de 19 anos, foi preso em flagrante e disse ter cometido o crime por que Karina disse para ele que ela chamava o irmão do autor do crime “mais bonito e gostoso”. O crime cruel é mais um exemplo de crimes cometidas contra meninas e mulheres na Reserva Indígena de Dourados, em que Karina teve seu corpo sem vida encontrado na manhã do dia 10 de dezembro na Aldeia Jaguapiru, vítima de um crime cruel cometido pelo próprio namorado, que segundo o delegado do caso este foi preso e responderá penalmente pelos crimes de estupro e feminicídio. “Ele acabou estrangulando ela, golpeando em regiões inescrupulosas e vísceras teriam saído da vítima da região do intestino, do local de onde os golpes de faca teriam atingido”, disse o delegado.”³ Infelizmente este não é um caso isolado na “Esquecida Reserva Indígena de Dourados”, como intitula a indígena Indy Kaiowá, que relata o descaso com a região, que segundo a indígena “pautar as mortes que ocorreram ontem na RID é pautar também a ausência e o esquecimento da atuação do Estado para conosco”, pois “Somos conhecido pelo que publicam das aldeias, Violência”.⁴

Estes não são casos isolados, pois os episódios de mortes violentas contra meninas e mulheres indígenas das etnias Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, e principalmente na Reserva Indígena de Dourados, são uma constante. Segundo as próprias indígenas, estas sobrevivem desde a invasão colonial, sendo que se anteriormente era mais frequente a morte pela mão do homem branco, e agora principalmente pelos latifundiários e representantes do agronegócio, atualmente tão morrem através da violência perpetrada contra seus corpos pelos homens indígenas.

Mas no caso das meninas e mulheres quando se trata de homicídios causada pelo fato de serem mulheres e estarem em uma situação de desigualdade, estamos tratando do crime de

² Karina Ferreira, 16 anos. Estuprada e assassinada! 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos. @kunangueatyguasu, Dourados, 10 de dezembro. 2023. Disponível em: @kunangueatyguasu.

³ Há mais de um ano, e no mesmo local, irmã de adolescente assassinada, matou o tio que violentava a esposa. Dourados News. Dourados, 11 de dezembro, 2023. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/policia/ha-mais-de-1-ano-e-no-mesmo-local-irma-de-adolescente-assassinada/1224223/>

⁴ A esquecida Reserva Indígena de Dourados. Texto @Indykaiowa. @kunangueatyguasu, Dourados, 11 de dezembro. 2023. Disponível em: @kunangueatyguasu.



feminicídio⁵. Está tipificado no Código Penal Brasileiro o crime de homicídio como a prática de matar alguém. Em 2015 esta legislação é modificada para incluir o tipo penal do feminicídio, como sendo uma espécie de homicídio qualificado, o qual é cometido “contra mulher por razões da condição de sexo feminino”, conforme disposto no artigo 121, § 2º, inciso VI. O que está implícito para a prática deste crime é a condição de ser mulher, que deixa a mulher em condição de vulnerabilidade que faz com que esta perca a sua própria vida. Este artigo visa problematizar como o crime de feminicídio e outros crimes perpetradas contra seus corpos, são violências denunciadas pelas mesmas, através da organização de mulheres indígenas, como as grandes assembleias anuais, como a Kuñangue Aty Guasu.

Na assembleia realizada desde 2006, em um dos territórios indígenas Kaiowá e Guarani, questões específicas em relação as mulheres e meninas foram enfocadas, sem deixar de reivindicar o direito ao território indígena, o qual representa a própria possibilidade de vida e resistência. O conceito de re-existência engloba tanto a possibilidade de resistência individual e coletiva dos povos indígenas, mas dá ênfase a existências que se perpetuam com resistência, ou seja, uma sobrevivência possível em situações extremas, como a ausência de direitos básicos, como a vida, à saúde, à educação, o acesso à alimentação e até mesmo a água potável, dentro e fora dos territórios indígenas brasileiros.

As assembleias são importantes espaços de fala para as meninas e mulheres que solicitam a escuta das outras pessoas, como os homens, as mulheres brancas e as autoridades que são convidadas e comparecem ao espaço da assembleia. A participação das meninas e mulheres neste espaço, em que além de focar seus conhecimentos tradicionais, debatem de que forma o conhecimento dos brancos (karais) interferem no modo de ser indígena e podem também ser utilizados para modificar as suas existências, de forma a coibir as violências sofridas. Cariaga (2012) tratou em sua dissertação a respeito da infância Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, na qual afirma que para ser indígena não basta ter nascido como tal, mas é necessário fazer e ser feito. É um dever que se aprende e conquista e para as meninas e mulheres indígenas existem aprendizados específicos para tornar-se uma liderança, sendo que a participação política em assembleias e o caminhar na atuação política é um fazer que se aprende participando, escutando e agindo.

⁵ Brasil. Código Penal Brasileiro. Decreto 2848/1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 18.12.2023.



Segundo a escritora negra feminista estadunidense bell hooks alerta que erguer a voz, transforma as mulheres de objeto para sujeito “o ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (hooks, 2019, p. 38-39). Assim, pensando que a voz libertadora de que nos apresenta bell hooks é o instrumento utilizado por essas mulheres e meninas indígenas das etnias Kaiowá e Guarani, principalmente a partir da ocupação desses espaços de liderança que é a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá - Kuñangue Aty Guasu⁶. As lideranças do coletivo que organiza a assembleia, mas que também se mantém atuante durante todo o ano, convidam várias entidades e seus/suas representantes para pensar agendas e estratégias específicas para as mulheres indígenas, em seus diferentes campos de atuação. Diante das inúmeras questões abordadas nas Assembleias, o enfrentamento das violências cometidas por mulheres e meninas nas relações familiares, bem como as diferentes formas de violência institucionais enfrentadas são pensadas como questões centrais, as quais permite refletir como suas existências são formas de resistência, sendo que o encontro nas assembleias é uma forma de fortalecimento e protagonismo.

Especificamente no encontro de 2019 ressaltou a participação de diferentes gerações de pessoas, que indicam a “seriedade e reconhecimento da luta das Mulheres indígenas”⁷. Na assembleia de 2019, as discussões sobre violências contra as mulheres tiveram destaque, inclusive com a realização de oficinas sobre a temática⁸, o que é possível identificar através do documento final do encontro encaminhado para diferentes autoridades brasileiras, federais, estaduais e municipais. Assim, mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam demandas vitais para o fortalecimento e a luta indígena, a reflexão sobre a resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às

⁶ Realizado desde 2006, mais recentemente os encontros passaram a ser anuais. Participei do VII Kuñangue Aty Guasu, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, na Terra Indígena Tekohá Yvy Katu Potrerito, em Japorã-MS, como pesquisadora e facilitadora de uma oficina sobre violências.

⁷ Documento final produzido pela Organização da VII Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

⁸ Na oficina em que participei juntamente com a professora Doutora Simone Becker, do departamento de Direito e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, as participantes relataram casos de violências sofridas pelas mesmas e por suas parentes, bem como as inúmeras dificuldades enfrentadas, como no registro das violências e a imposição de sua cultura, no sentido de terem filhos e manterem –se casadas, o que resulta muitas vezes em experiências de violências em suas relações afetivo-conjugais. Também fizeram denúncias de conhecimento de violências obstétricas sofridas por elas mesmas ou por suas irmãs e familiares, bem como o tratamento pouco respeitoso recebido em alguns espaços públicos, como nos hospitais públicos e nos serviços de segurança, como as delegacias e os fóruns, que compõem o sistema de Justiça Brasileiro.



violências, não somente no âmbito privado, mas também em relação as violências sofridas em ambientes públicos, evidenciam que as meninas e mulheres indígenas e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado são espaços de luta.

A partir da perspectiva da história do tempo presente, analisar as mulheres indígenas e seus processos de resistências, são expressões de como são sujeitos políticos, que vem travando uma luta na recuperação de suas terras ancestrais, da efetividade de seus direitos como uma vida sem violência, atuando na (re)construção da história, tendo em vista o apagamento da história indígena no Brasil. Através de um recorte dos estudos de gênero, feministas e decoloniais, ainda há um apagamento das trajetórias indígenas e sobretudo de suas atuações como lideranças, através da reivindicação das agendas específicas para as mulheres, em que o recorte étnico é necessário e imprescindível, e sobretudo um debate a ser descortinado sobre a existência (ou não) de um feminismo indígena.

Para pensar teoricamente a discussão proposta “além das categorias de raça/etnia e gênero, compreender os movimentos políticos de mulheres indígenas tem exigido reflexões mais aprofundadas em torno das noções de branquitude e colonialidade enquanto ideias que se inter-relacionam.” (DUTRA, MAYORGA, 2019, p. 121). Trazer ao debate as mulheres indígenas na história do tempo presente, é refletir sobre a necessidade de uma pesquisa com as mulheres indígenas e não sobre elas, em que espaços de construção coletiva traduzem, muitas vezes, as marcas da colonização violenta. A colonização ou invasão colonial são “passados que não passam”, em que as marcas da colonização, a colonialidade se apresenta de forma visível, resultando na invisibilidade social e a exclusão econômica e política de povos tradicionais, no Brasil e em outros países da América Latina. Uma investigação sobre “um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (AREND, MACEDO, 2012, p. 6), relaciona as propostas e as intervenções de mulheres indígenas que vivem uma vida de exclusão em espaços marginais e periféricos, mas que são exemplos de resistência.

A Kuñangue Aty Guasu é um importante lugar de fala para as meninas e mulheres indígenas, no qual as outras participantes, atuam apenas na escuta. Se efetivam denúncias das violências sofridas, como as violências físicas, psicológicas, sexuais, e também as violências obstétricas. São inúmeras formas de violências que se relacionam e se emaranham nas suas memórias e nas suas experiências compartilhadas. Além das falas emocionadas e no formato



de denúncia, as lideranças que organizam as assembleias trazem para o centro do debate a fala das parteiras ou rezadoras (nhandesy), que apresentam o modo de agir Kaiowá e Guarani diante da vida e da morte. Se a colonialidade do saber impôs o saber médico em detrimento dos saberes tradicionais indígenas que dizem respeito ao cuidado do parto e puerpério, por exemplo, as lideranças, que ao mesmo tempo lideranças políticas e religiosas, impondo a cosmovisão indígena como central, as mesmas ensinam sobre cuidado, demonstrando a importância da reza e dos rituais, para o acompanhamento antes, durante de depois do parto. As relações com a terra tradicional indígena e a relação visceral com a terra e o solo, o qual deve ser protegido, assim como as ervas e as plantas que fazem parte da medicina tradicional indígena. Segundo a pesquisadora Priscila Anzoategui as principais temáticas debatidas no Kuñangue Aty Guasu apontam que as questões específicas das mulheres como “a violência doméstica, a segurança nos tekohá e atualmente a questão das crianças indígenas retiradas do fogo doméstico e colocadas em instituições governamentais de acolhimento” (ANZOATEGUI, 2018, p. 2), são temas de suma importância que se relacionam com a manutenção da própria vida.

Naquele espaço, ouvir o relato de Martina Almeida, permitiu a compreensão de que existem inúmeras dificuldades para a escuta de suas vozes, mesmo quando enfrentam os entraves e chegam aos espaços públicos, como as delegacias de política. suas vozes nem sempre são compreendidas. Martina Almeida destaca que é de suma importância a tradução das vozes indígenas, pois embora a socióloga indígena perceba a importância da manutenção e o ensinamento da língua para a manutenção de sua cultura tradicional, para que sejam compreendidas é preciso que mais pessoas tenham conhecimento da língua nativa ou possam traduzi-las. Assim, destaca como há uma incompreensão pelos próprios agentes do Estado, quando as mulheres indígenas conseguem adentrar os equipamentos públicos, como as delegacias de Polícia, mas que os relatos registrados muitas vezes não condizem com o que realmente aconteceu com as meninas e mulheres indígenas (ALMEIDA, 2019). Esse foi um dos motes das oficinas realizadas durante o VII Kuñangue Aty Guasu, em 2019, que a facilitação da professora Simone Becker e a minha participação, auxiliaram na reflexão em relação as violências sofridas. As assembleias são momentos de desabafo, mas também uma espaço de denúncia pública, em que muitas mulheres indígenas demonstram como a cultura indígena, ao mesmo tempo que impõe que as mulheres tenham filhos e se casem, resultam em experiências de violências, nas relações afetivo-conjugais, mas também nas relações com seus



parentes. No início deste artigo o relato de uma violência letal, como a que levou a morte da jovem Kaiowá Karina Ferreira, exercida por outro jovem de sua etnia, com a jovem mantinha uma relação de namoro, acarretou a cena de violência, envolvida em cenas de ciúme, uma ideia de posse do corpo da mulher, acentuada pelo uso abusivo de álcool, que levou a violência extrema.

Segundo as assembleias realizadas pelas mulheres indígenas Kaiowá e Guarani, em suas diferentes edições, foram denunciados episódios de violências obstétricas sofridas por mulheres indígenas nos hospitais da região da Grande Dourados. As denúncias sobre o desrespeito com as práticas culturais das etnias são recorrentes, as quais entendem que as rezas e os rituais são imprescindíveis para o acompanhamento das gestantes. O fato de serem, muitas vezes impedidas de adentrarem o espaço do hospital, ainda que sejam lideranças espirituais, mas não é dada a importância devida para suas práticas de curas, são traduzidos como episódios de racismo institucional, segundo Grada Kilomba são episódios de racismo cotidianos também vivenciados por mulheres negras (KILOMBA, 2019).

Fazendo uso das falas das participantes da assembleia proponho utilizar as teorias decoloniais em que a decolonialidade é entendida como uma relação entre conhecimento e colonialidade. Busco refletir como as meninas e mulheres indígenas ao mesmo tempo em que preservam seus costumes e tradições integram outros saberes, como os acadêmicos e escolares. Outra problemática desenvolvida é como o acesso à educação superior interfere na atuação das mulheres nos movimentos sociais, como os indígenas, e passam a exercer um papel de liderança. A partir da decolonialidade do conhecimento reflito como as concepções eurocêntricas podem ser descortinadas e repensadas a partir dos saberes indígenas. Assim:

[...] o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo. (MIGNOLO, 2003, apud OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p. 24)

Assim, as narrativas das meninas e mulheres indígenas participantes da Kuñangue e ainda as discussões propostas durante o encontro impulsionam discussões sobre a necessidade do direito à educação formal, da educação intercultural, bem como o incentivo a



profissionalização para meninas e mulheres indígenas com uma perspectiva intercultural. A leitura intercultural será possível a partir dos ensinamentos de Catherine Walsh (2013) em que é possível refletir sobre o “outro” com o auxílio de pensamento crítico, em que a interculturalidade é ligada a um projeto social, cultural, educacional, político, ético e epistêmico em direção à descolonização e à transformação. O debate através de uma perspectiva intercultural produz um novo espaço epistemológico que traz ao debate os conhecimentos considerados subalternizados de forma crítica, na busca por um tratamento igualitário entre os saberes.

A partir destas reflexões que nos permitem estabelecer relações entre a temática proposta e os estudos de gênero, feministas, decoloniais e uma história indígena do tempo presente, é que apresento algumas percepções iniciais da pesquisa sobre as meninas e mulheres Guarani e Kaiowá. A ideia é um estudo com as mulheres indígenas e não sobre as mesmas, pois procuro dar visibilidade as lideranças que resistem contra uma cultura colonial e uma história eurocêntrica que não potencializa suas narrativas e trajetórias de resistência.

Para analisar as principais agendas trazidas ao debate pelas mulheres indígenas provenientes de diferentes tekohas reunidas em assembleia, apresento alguns aspectos da produção e da circulação do documento “Relatório Final da VII Kuñangue Aty Guasu”. O documento é datado 20 de setembro de 2019, último dia do evento, o que significa que foi redigido durante a realização da assembleia, durante o período em que estiveram reunidas no Tekohá Yvy Katu Potrerito, localizado no município de Japorã, Estado do Mato Grosso do Sul. Através do trabalho de relatoria realizado pelas lideranças da assembleia, concluo que o relatório foi redigido por muitas mãos, não trazendo a assinatura de apenas uma liderança, justamente por se tratar de uma organização horizontal. Entretanto, podemos destacar a liderança exercida por Kunã Aranduhá, Jaqueline Gonçalves e a atuação e participação das lideranças espirituais, as *nhande sy*, responsáveis por ancorar as jovens lideranças na assembleia. A partir do documento final é possível perceber que a circulação das propostas, encaminhamentos e agendas, ocorre através do envio para diferentes autoridades presentes no cabeçalho, inclusive para o presidente da República à época, bem como diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, principalmente dos Poderes Executivo e Judiciário. Mas a circulação e a divulgação do relatório acontecem de forma efetiva através das redes sociais e dos debates promovidos em diferentes espaços, propostos pelas próprias lideranças indígenas, pesquisadores/as, indigenistas, professores/as, bem como apoiadores/as da causa indígena.



Kunã Aranduhá afirmou na assembleia realizada virtualmente em 2020, que apesar das lideranças do Kuñangue Aty Guasu terem enviado a todas as autoridades listadas no documento, pouco ou quase nenhum retorno recebeu dos órgãos públicos para os quais o mesmo foi encaminhado, conforme declarou mesa de encerramento da VII assembleia, no dia 30 de novembro de 2020.⁹ O relatório final foi publicizado através de diferentes sites, dentre os quais destaco o site jornalístico www.apublica.org; o site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), www.cimi.org.br; o site da organização não governamental Fian Brasil – Organização pelo Direito Humano à alimentação e à Nutrição adequada, <https://fianbrasil.org.br>; e o site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), <https://apiboficial.org/>. Este último, apesar de ter divulgado os relatórios finais das assembleias que aconteceram nos anos 2017 (V Kuñangue) e 2018 (VI Kuñangue), o relatório da assembleia de 2019 ainda não está disponibilizado, mas o documento foi encaminhado à mesma. Em relação ao órgão oficial do governo Federal, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a autarquia disponibilizou informações sobre a assembleia de 2018, disponibilizando o relatório final e a participação dos representantes da autarquia lotados na região da grande Dourados,¹⁰ tendo declarado a importância da Kunangue Aty Guasu como espaço de diálogo.

Depois da apresentação e dos nomes e entidades para o qual o documento foi destinado em 2019, o documento faz uma descrição da realização da assembleia, a qual contou com a presença de “aproximadamente 600 pessoas, pessoas: nhandesys, nhanderus, crianças, Jarys/parteiros, Nhamõi e comunidade em geral” (p.2). Assim, o debate de mulheres indígenas e a presença de não indígenas foi capitaneada por lideranças femininas que redigiram esse relatório, o qual apresenta os principais temas debatidos na assembleia, realizado entre as páginas 2 a 8; seguido dos encaminhamentos finais do relatório, páginas 9 a 15.

A fala produzida pelas mulheres indígenas propõe um novo paradigma para a História que se percebe através do discurso, pois “toda a realidade é mediada pela linguagem e pelos textos, portanto toda a pesquisa histórica é dependente da reflexão sobre o discurso’ uma

⁹ O ano de 2020 foi marcado pela da pandemia de coronavírus que assolou o Brasil e o mundo, afetando diretamente os povos indígenas. Diante da impossibilidade de deslocamento e a obrigação do distanciamento social, a assembleia foi realizada de forma online, utilizando a página do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu>. Acesso em: -7.12.2020..

¹⁰Conforme:<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4975-vi-kunague-aty-guasu-configura-espaco-de-dialogo-e-resistencia?start=1>



definição que lhe dá Gérard Noiriel, que contestou a esse movimento a supremacia da narrativa” (ROUSSO, 2016, p.227). Portanto, a reflexão a partir do discurso escrito por mulheres indígenas, carrega a força de suas denúncias de violências sofridas, bem como as propostas das mesmas refletidas coletivamente diante da ausência do Estado no enfrentamento das violências.

Ecoar Vozes: compromisso ético da pesquisadora

Trazer o debate das mulheres indígenas na história do tempo presente é pensar uma pesquisa com as mulheres indígenas e não sobre elas, sendo que estou entendendo a assembleia como um espaço de construção coletiva. Daphne Patai propõe focar questões éticas da pesquisa feminista realizada com mulheres, na qual analisa principalmente as narrativas pessoais de mulheres trabalhadoras brasileiras. A autora alerta para as trocas entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, principalmente quando se trata de situações estruturalmente assimétricas, as quais podem ser consideradas como exploração ou forma de tirar proveito das interlocutoras ou colaboradoras, termo utilizado no texto. “Minha vida é meu ingrediente. Eu simplesmente não posso deixar você usá-lo”. (PATAI, 2010, p. 82) é o que uma de suas colaboradoras afirma sobre a possibilidade da pesquisa fazer uso da narrativa destas mulheres. Se a pesquisa de Daphne Patai ajuda a pensar sobre o uso de fontes orais, em relação a sua produção, finalidade e forma, o historiador Giovanni Levi nos permite refletir sobre a não neutralidade das fontes documentais e da realização da pesquisa: “Não acredito em um historiador neutral que não sabe nada e somente escuta os documentos. Deve escutar sabendo que deve renunciar a muito de si mesmo, de suas ideias e de suas informações.” (LEVI, 2014, p.10). Por esse motivo, além de discutir a não neutralidade dos documentos, Levi considera estas fontes como inimiga dos historiadores, por “sempre são falsos”, em que a parcialidade e a forma fragmentam a narrativa da história, pois “se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade” (LEVI, 2014, p.10). Se os documentos finais não trazem a força dos debates presenciais realizadas no calor da presença, da terra vermelha, e da força do território indígena, do encontro, dos sentimentos trocados e dos afetos envolvidos, bem como o impacto da presença de mulheres indígenas de diferentes gerações, crianças, jovens, adultas e anciãs, as quais vivem muitas



vezes isoladas em seus territórios e a reunião em situações excepcionais como a da assembleia é um momento de alegria e força. Ainda assim, é possível analisar o discurso produzido e escrito pelas mesmas no relatório final e perceber o impacto e a força de suas falas. A análise do documento não retira o protagonismo destas quando expõem suas conclusões e necessidades de forma direta, através de discursos orais, mas também é um importante mecanismo de tradução de suas vozes e de suas presenças. É importante registrar dificuldades e a superação destas mulheres para se locomoverem, participarem dos dias das assembleias, e ao final, redigirem um documento, adaptado para uma língua que não é a sua língua materna; a dificuldade de sintetizar e agrupar em algumas páginas, reivindicações específicas, bem como as emoções vividas durante esse encontro realizado de forma presencial em uma das terras indígenas das etnias.

Quando a historiadora Daphne Patai fala da devolução que uma pesquisa realizada por pessoas ou grupos feministas deve ocorrer em relação às pessoas pesquisadas registra que “alguns grupos feministas no Brasil (bem como pesquisadores de outros contextos) tem argumentado que a pesquisa deve ser “devolvida”(PATAI, 2010, p.84), de uma forma ou de outra para as pessoas que a tornaram possível”, mas que a autora “sugere uma série de escolhas que não pode ser as de costume dos acadêmicos” (PATAI, 2010, p.84), como a entrega de um livro ou cópia da publicação. No caso das mulheres indígenas há uma necessidade visível da implicação pessoal da pesquisadora com o grupo, ou seja, não há que se aproximar de um grupo visivelmente vulnerável, excluído e vítima de um genocídio orquestrado pelo Estado Brasileiro, sem se posicionar de forma a assumir uma postura ética que envolve a devolução através de alguma forma de auxílio, que não significa somente o auxílio financeiro. Assim, no caso da assembleia e do relatório analisado esse apoio pode se dar através da divulgação das pautas e agendas específicas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, mas também o auxílio financeiro é possível através da compra e venda de produtos, artesanatos ou divulgando nos grupos pessoais, os quais permitem a arrecadação e o auxílio na luta. A ausência e o descaso do Estado Brasileiro com a população indígena fez com que eles próprios se organizassem e buscassem toda forma de apoio para solucionarem questões relativas a serviços essenciais que deveriam ser fornecidos pelo Estado, como o acesso a água potável, o direito à saúde integral, o acesso à educação e ainda mais urgente, o acesso a alimentação para suprir a subsistência, dentre outras inúmeras necessidades.



Ser escuta: pesquisa com as mulheres indígenas

As mulheres indígenas afirmam em assembleia que elas são as protagonistas e nós somos apenas “escuta” de suas vozes. A análise de documento escrito como resultado final de uma assembleia é um fruto de uma reivindicação coletiva de mulheres indígenas. Desta forma, assim como “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra”(BOSSI,2003,p.15) são as meninas e mulheres indígenas que tomam a palavra nas assembleias e fazem a todas, todos e todes serem escuta de suas vozes.

Essas mulheres ao produzirem seus próprios documentos que traduzem suas falas orais em assembleias coletivas nos permitem ouvir outras narrativas possíveis, pois a “história que se apoia unicamente em documento oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”(BOSSI,2003,p.15) e o documento que analisamos apesar de ter limitações, traz a força de seu discurso e de suas imagens.

A realização de uma assembleia anual que “não é um espaço só de mulheres”, mas que é organizada por elas, faz menção à necessidade da escuta dos homens indígenas e das autoridades diante das questões levantadas pelas mulheres indígenas. Classifico como as principais temáticas discutidas na assembleia: a descrição das diferentes formas de violências sofridas por mulheres e crianças indígenas em território, as formas de enfrentamento e a ausência de políticas públicas, na reserva indígena de Dourados, nas diferentes áreas de retomada e na reserva indígena de Dourados - RID; a situação das mulheres que vivem especialmente na RID que as participantes descrevem no documento final como uma forma de “confinamento”; temas como o meio ambiente, saúde e adoecimento; com destaque a medicina tradicional e o cuidado com gestantes, puérperas e crianças.

Os relatórios finais entendem as violências contra as mulheres de uma forma bastante abrangente, sendo que a mesmo tempo que percebem algumas imposições do Estado como feridas em seus corpos e formas de violação, procuram que as leis, direcionadas a todas as mulheres as protejam. Assim, ainda que a intervenção do Estado sobre os corpos das mulheres possa ser compreendida como uma forma de violência, uma imposição, uma violência institucional, ainda assim é preciso buscar a proteção deste Estado. Trata-se de um paradoxo, mas que, por hora, a proteção do Estado é perseguida e a punição por este mesmo Estado dos crimes cometidos contra seus corpos se faz necessária.



Voltemos ao caso de Karina Ferreira para concluir este artigo. A interpretação de que se trata de um crime de feminicídio faz escancarar que estas meninas e mulheres estão sendo mortas em territórios indígenas, os quais todas as pessoas indígenas deveriam estar protegidas, pois se trata de uma área de confinamento humano, criado pelo próprio Estado Brasileiro. Ali, confinados, as regras do Estado em relação a proteção das violências não estão sendo cumpridas, pois um rapaz se permitiu dilacerar o corpo da namorada, pelo fato da mesma declarar seus sentimentos em relação a outra pessoa. Sua voz não foi aceita e por isso foi calada. Seu corpo dilacerado a partir de seus próprios genitais faz transparecer que aquele não é um território a ser acessado por outros homens, mas apenas por aquele que reconhece o poder e o direito sobre o corpo de sua jovem namorada, de apenas 16 anos. O crime de feminicídio faz aflorar toda a violência e a posse exercida por homens em relação ao corpo das mulheres, em que

Não é sem razão que a rapper indígena Mc Anarandá faz ecoar seu canto denúncia através da canção de sua autoria intitulada “Feminicídio”¹¹. Foi durante a Assembleia Kuñangue Aty Guasu, em 2019 que a letra e a música que trata das experiências de violências, mas também de resistência, demonstra como as feridas sangram nos corpos das mulheres indígenas, não apenas de forma figurada, mas fazem parte das experiências vividas na carne e compartilha por muitas das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani presentes na assembleia. Para a cantora afirma uma “colega e amiga” que teve seu “coração rasgado” e seus “corpos ensanguentados” e “perfurados” não são figuras de linguagem. A letra da música traduz uma experiência e uma dor compartilhada por Anarandá e por muitas outras meninas e mulheres indígenas, que vivem dentro e fora da Reserva Indígena de Dourados.

Considerações Finais

A grande reflexão sobre resistência de mulheres indígenas no contexto de violência tendo em vista seu corpo-território é uma das principais temáticas que conduzem a prática e as denúncias realizadas durante a realização das assembleias indígenas realizadas por mulheres, como a Kuñangue Aty Guasua. O enfrentamento as violências, especialmente o feminicídio, contempla o debate teórico decolonial que vem sendo construído na América Latina e nas discussões propostas pelas próprias mulheres indígenas, as quais denunciam

¹¹ Feminicídio – Mc Anarandá. 2021.



violências que iniciam com a invasão colonial mas que continuam violentando seus corpos e ceifando suas vidas. Desde o encontro de 2019, as discussões e as oficinas que tematizam as violências contra as mulheres, as meninas e mulheres indígenas destacam que seus corpos são territórios violentados por homens (indígenas ou não) e sofrem também diferentes violências estatais. Os espaços de denúncia como o **Kuñangue Aty Guasu** se transformam em um importante possibilidade de fala das mulheres indígenas e a escuta das demais pessoas, em que as meninas e mulheres narram suas experiências e dificuldades nas relações conjugais e familiares, e ainda quando buscam os espaços estatais, como as delegacias especializadas de enfrentamento as violências contra as mulheres, bem como os espaços de saúde, em que violências obstétricas infelizmente ainda são recorrentes.

São violências que não cessam com as políticas públicas existentes, até porque as próprias mulheres denunciam que estas não conseguem acessar da mesma forma as políticas públicas. Ademais, as violências também são cometidas por seus próprios parentes, seus companheiros indígenas, que não aceitam terem seus relacionamentos findados, seus argumentos contestados ou seus sentimentos não correspondidos. São violências que estão num continuum e ainda não cessaram. Falar sobre as violências e ecoar as vozes das indígenas que denunciam as mesmas é uma medida de urgência, pois são meninas e mulheres que gritam por socorro. E ainda não estamos ouvindo.

Referências

ALMEIDA, Martina. **A luta e os direitos das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá: Kuñangue Aty Guasu** (Grandes Assembleias das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá). Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul – UEMS, 2019.

ANZOATEGUI, Priscila. **Somos todas Guarani-Kaiowá**: Entre narrativas (d) e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. 2017. UFGD.

_____. **Kuñangue Aty Guasu**: A Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá. In. Anais do XVI Encontro de História da ANPUH-MS, 2018.

AREND, Silvia Maria Favero; MACEDO, Fabio. **Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso**. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009



CARIAGA, Diogenes Egidio. *Relações e diferenças: a ação política Kaiowa e suas partes*. Tese. Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

_____. **As transformações no modo de ser criança entre os Kaiowá em Te'Ikue (1950-2010)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, UFGD, 2012.

DUTRA, J. C. O., MAYORGA, C. *Mulheres indígenas em movimentos: Possíveis articulações entre gênero e política*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n. esp.), 113-129, 2019.

hooks, bell. 1984. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA Luiz Fernandes de; Vera Maria Ferrão CANDAU; **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. *Educ. rev.* vol.26 no.1 Belo Horizonte Apr. 2010.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial**. *E-cadernos CES [Online]*, 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/eces.

_____. **Uma agenda de ações afirmativas para as Mulheres Indígenas no Brasil**. Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.

VILLAÇA, Mariana Martins. **Polifonia tropical: Experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.